

URBANIZATION IN FLORIANÓPOLIS: PART OF(F) POPULATION ON TURISTIC AND TECHNOLOGICAL CAPITAL'S HISTORY

Aline Almeida da Silva¹
Gláucia de Oliveira Assis²
Francisco Canella³

Abstract: This article presents an overview of the socio-spatial formation of Santa Catarina, more specifically Florianópolis, and its historical constitution in the process of urban development, its modernization and the constant segregation and invisibilization of African and black populations, as well as the poor population. When problematizing these dynamics over the territory, data and examples were analyzed, which mark different periods and demarcate territorial and social portions in each context through the operations of forces, expressions, regulation, power and resistance. The methodology used was bibliographical research based on books, works, publications and journalistic records on the topics involved.

Keywords: Urbanization; Urban Policy; Territorial Segregation; Right to the City, Ethnic-Racial Policies.

Urbanização de Florianópolis: (a)parte da população na história da capital turística e tecnológica

Resumo: O presente artigo apresenta um panorama sobre a formação socioespacial de Santa Catarina, mais especificamente de Florianópolis, e sua constituição histórica no processo de desenvolvimento urbano, sua modernização e a constante segregação e invisibilização das populações africanas e negras, bem como da população pobre. Ao problematizar estas dinâmicas sobre o território, foram analisados dados e exemplos, que marcam períodos diferentes, demarcam porções territoriais e sociais em cada contexto pelas operações de forças, expressões, regulação, poder e resistência. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica baseada em livros, trabalhos, publicações e registros jornalísticos sobre os temas envolvidos.

Palavras-chave: Urbanização; Política Urbana; Segregação Territorial; Direito à Cidade, Políticas Étnico-Raciais.

¹Universidade do Estado de Santa Catarina. Orcid 0000-0001-9591-3774, E-mail: alialmeidas@gmail.com

²Universidade do Estado de Santa Catarina. Orcid 0000-0002-0307-6313, E-mail: galsis@gmail.com

³ Universidade do Estado de Santa Catarina. Orcid: 0000-0002-6796-7721, E-mail: francisco.canella@udesc.br

INTRODUÇÃO

O histórico de migrações afro atlânticas para o Brasil tem origem no período colonial, assim como a estratificação sociocultural e a inserção dos sujeitos no território brasileiro. Ainda hoje permanecem os desafios nas políticas de acolhimento e de planejamento a fim de compatibilizar e compreender os potenciais e as contribuições de modo democrático nos territórios urbanos e rurais do país. Também permanecem lacunas no desenvolvimento de políticas que mudem a tão enraizada cultura escravista, assim como os discursos segregadores, naturais de um sistema capitalista que prima pela disparidade socioeconômica e desvalorização de alguns setores da sociedade.

Tanto as antigas migrações - combinadas com o tráfico humano e a colonização dos territórios invadidos -, quanto as novas migrações pós-coloniais combinadas com os efeitos perversos da globalização econômica criam problemas que prejudicam a convivência pacífica entre os diversos e os diferentes (Munanga, 2022). O estado de Santa Catarina tem sua formação populacional caracterizada não só pela imigração europeia, mas também pela presença da população negra, uma vez que esteve na rota das diásporas africanas desde o século XVII, e desde os primeiros coletivos de diásporas, frutos de migrações forçadas, moveram com sua força braçal grande parte da economia das principais vilas catarinenses entre os séculos XVIII e XIX (Piazza, 1992; Cardoso, 2000, SILVA *et al.*, 2018). Na época, as populações negras trazidas numa migração forçada para Santa Catarina pelo tráfico de populações escravizadas se concentraram, em sua maioria, em Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), nas vilas de Nossa Senhora do Rio São Francisco (atual cidade de São Francisco do Sul) e na de Santo Antônio dos Anjos de Laguna (atual cidade de Laguna) (Silva, *et al.*, 2018).

A Ilha de Santa Catarina, onde está situada parte do município de Florianópolis, teve sua ocupação efetivada mais tardiamente, em relação aos municípios das regiões Nordeste e Sudeste do país, pela Coroa Portuguesa, com a chegada de imigrantes europeus neste local somente no ano de 1738. Ao longo do século XX, foi construída a imagem de uma terra de oportunidades para imigrantes, associada às levas de imigrantes italianos, alemães, portugueses, poloneses e outros grupos que chegaram mais significativamente no final do século XIX e início do século XX, contribuindo no processo de urbanização, no desenvolvimento da agricultura familiar e no desenvolvimento industrial do estado (Assis *et al.*, 2018). No entanto, tais narrativas foram construídas por

fragmentos da memória da cidade e, até então, permanecem baseadas na era republicana, fruto de grande investimento político, que reinventa a cidade sob a forma de urbe moderna, com sonhos civilizatórios (Cardoso, 2008). Sendo assim, como pontua Bonfim (2019), todas as práticas que estão fora deste ideário urbano de “civildade”, sendo este um ideário eurocêntrico, acabam por receber um lugar inferior ou subalternizado na estrutura de produção do espaço da cidade; seja ocupando os piores sítios e localizações na malha urbana, seja pelo questionamento de suas lógicas próprias de conduta em relação à ocupação do território e ao estabelecimento de relações sociais.

Neste cenário de questionamento e inferiorização, a população busca alternativas para sua inserção de acordo com suas demandas, necessidades e participação. A busca e luta desta inserção se dá através do acesso aos direitos e às políticas e seus instrumentos de gestão disponíveis (junto ao poder público), e também pela resistência, pelas articulações, ou mesmo manifestações culturais e afirmativas da coletividade, no sentido de apropriação e pertencimento socio territorial e de acesso à cidade.

Historicamente a presença negra, apesar de afirmada e evidente constitutiva de cidades afro-diaspóricas, sofre sucessivas investidas de apagamento por estar fora da lógica da branquitude que instituiu a ordem urbana (Bonfim, 2019), e apesar de Santa Catarina ser pátria de migrações de significativa constituição identitária plural, há um processo antigo e persistente de marginalização e desqualificação das etnias não europeias, não brancas (Silva, *et al.*, 2018).

Nos anos mais recentes, pós década de 1990, com as transformações do capitalismo internacional e das formas de inserção do Brasil no processo de globalização, podemos observar mudanças no padrão de urbanização brasileira e o modelo de produção e gestão das cidades adotado foi resultado de uma combinação de processos de inserção seletiva de regiões e dinâmicas integradas aos circuitos internacionais, produzindo nas cidades uma estrutura social dualizada entre ricos e pobres, entre cidadãos e não cidadãos (Ribeiro, 2004).

Este trabalho pretende trazer um panorama sobre o processo histórico de urbanização de Florianópolis apresentando as formas de segregação e expulsão exercidas pelo poder público sobre as populações negras e pobres, e seus resultados na constituição da cidade, assim como as potencialidades de desenvolvimento vislumbradas pelos sistemas de cidade-global, tecnológica e

voltada ao turismo. Também serão analisadas as formas de participação, articulação destas populações para inserção e legitimação, e a importância da discussão dos temas raciais no Brasil, assim como em Florianópolis para o quesito o desenvolvimento da cidade, dada a complexidade, diversidade e necessidade de congregar as diferenças, os diferentes e pertencentes à complexidade das cidades.

CONSTITUIÇÃO DAS POPULAÇÕES E DO TERRITÓRIO CATARINENSE

Apesar do destaque histórico para a formação populacional europeia alemã e açoriana, Santa Catarina esteve na rota das diásporas africanas desde o século XVII, cerca de um século antes da vinda dos açorianos. Na época, as populações africanas trazidas para Santa Catarina com o regime escravista se concentraram, em sua maioria, em Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), nas vilas de Nossa Senhora do Rio São Francisco (atual cidade de São Francisco do Sul) e de Santo Antônio dos Anjos de Laguna (atual cidade de Laguna) (SILVA et al., 2018). A Ilha de Santa Catarina, onde atualmente está situada parte do município de Florianópolis, teve sua ocupação efetivada mais tardiamente, em relação aos municípios das regiões Nordeste e Sudeste do país, pela Coroa Portuguesa. Foi somente no ano de 1738 que então foram enviados imigrantes para a Ilha, quando se iniciam as influências açorianas que também formaram a identidade e cultura locais. Nas Freguesias da Ilha de Santa Catarina, no século XIX, a economia era preponderantemente agrícola e profundamente articulada ao mercado de abastecimento interno. Este modelo reforça a ideia de branqueamento da população do estado de Santa Catarina, de um modo geral, por não haver um sistema escravista de modelo latifundiário e agroexportador, nem áreas de mineração, tendo-se uma ideia coletiva pela redução da significância da população negra frente à imagem de um estado branco, europeizado, de uma superioridade racial de desenvolvimento e progresso.

Porém, os núcleos não eram somente compostos, como se imagina, por pessoas com uma “tradição” cultural que remonta à migração lusa do século XVIII, e sim de sociedades conectadas por rios, lagoas e mar, comerciando entre si e com o porto de Desterro (porto central): produtores de gêneros de primeira necessidade que, na medida do possível, adquiriam pequenos lotes de terra em diferentes localidades da Ilha e nelas assentavam seus muitos filhos, e assim que tinham oportunidade também adquiriam cativos africanos com desejo de se fazer respeitar como homem livre (Cardoso, 2008). A população era dividida

principalmente pela origem étnica, não havia divisões sociais de classe que pudessem reunir mais de uma origem: indígenas; os de origem europeia e africana. Durante décadas de miscigenação, a população de Desterro da primeira metade do século XIX foi descrita, principalmente por viajantes estrangeiros, contendo uma nova classe, os mestiços. A população aparece dividida entre brancos, negros e mestiços. Essa divisão étnica representava também a divisão social, sendo que entre brancos, havia desde os mais pobres até donos de barcos e pequenos comércios (proprietários), entre os mestiços prevalecia a pobreza geral, livres, porém, sem propriedades ou herança na cidade e com poucas perspectivas numa sociedade de trabalho escravo. A base mais pobre era a dos de origem africana, e os negros libertos assim como os mestiços viviam na pobreza em condição até pior do que a de escravos domésticos (Santos, 2009).

A condição social e econômica, conforme apontado por Santos (2009), estava automaticamente dada pela condição étnica no período pós-escravidão para a participação social e inserção territorial dos sujeitos. No entanto, afirma que a historiografia do Brasil moderno (a saber, da República) até há bem pouco tempo negligenciou a vinculação dos processos – urbanização, industrialização, “mundos do trabalho”, relações de gênero, modernidade, questão agrária, pensamento social, culturas políticas, campesinato, cidadania – com a dimensão mais ampla do pós- emancipação, seu legado e seus principais sujeitos (Gomes e Domingues, 2014).

Conforme destacam Assis et al. (2018a, 2018b) ao analisarmos a dinâmica migratória catarinense, percebe-se que ela é bastante complexa, pois na participação da imigração europeia, amplamente enfatizada para constituição do estado, há importante presença de povos de diversas origens e etnias, como indígenas, negras e caboclas no território catarinense, bem como de outros grupos imigrantes, como os sírios e libaneses que desde o século XIX também circulavam e povoavam o estado.

Do final do século XIX ao início do século XX, mediante a política migratória desenvolvida em Santa Catarina, foram recebidos milhares de imigrantes internacionais com incentivo à mão de obra estrangeira branca para trabalhar na lavoura e na indústria nacional que surgia. Sob influência das teorias científicas raciais europeias e norte americanas, reformadores sociais e parte da elite política imperial viram na figura do imigrante a melhor escolha para substituir o escravo na lavoura e nas diversas atividades urbanas (Oliveira, 2019). Deste modo, a Ilha e o litoral foram cercados por colônias alemãs (Angelina, São

Pedro de Alcântara, Alto Biguaçu, Teresópolis, Alto Capivari...) que levaram vida autônoma, com suas escolas, organizações comunitárias, igrejas, autossuficiência relativa na produção e com pouquíssimo interesse por aquilo que acontecia na capital. Diferente das colônias no norte do Estado, com encaminhamento mais industrial as que cercavam a Grande Florianópolis, tinham tendência agrícola e não viam motivo para se ligarem a uma sede burocrática e comercial (Bessen, 1991). Este processo fez parte das políticas de estado para atrair população para os chamados “vazios populacionais”, dada a importância estratégica da posição geográfica de defesa, atribuída à ilha em meados do século XVIII e da necessidade de desenvolver a região, para além do povoamento, incentivar o crescimento e urbanização das cidades, processo que se estendeu até o início dos anos 1930 (Oliveira, 2019; Iha, 2008).

Em Florianópolis, a geografia histórica da pobreza urbana desde sua formação, do século XVIII à ocupação dos Morros na década de 1920, passa pelas diferentes fases decorrentes da separação social, primeiramente no período escravista, depois reforçada pela navegação, comércio e economia pós-escravidão (quando passou a ser expressa na cidade) e acentuada pela expulsão das populações do perímetro urbano para os morros, refutando desta o direito à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, no início do século XX (Santos, 2009).

Evidencia-se, portanto, na produção do espaço da cidade, por um longo período e diferentes fases de seu desenvolvimento, a expropriação do direito ao território para as populações negras, através da manutenção de uma estrutura de poder colonialista e racializado.

A CONDIÇÃO URBANA E AS NOVAS CONDIÇÕES DE MORADIA E PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES ÁREAS CENTRAIS E RURAIS

Durante o século XIX, quando escravos fugidos e libertos, assim como soldados e pobres, procuraram os morros para se fixar e construir uma casa ou rancho, essas comunidades passavam a ter modo de vida por atividades de subsistência. Ao final do século XIX, se intensifica a ocupação dos morros pelos pobres expulsos das casas de aluguel pelo processo de demolições e as atividades de subsistência dessas comunidades passam a ser visíveis na paisagem, principalmente o desmatamento próximo aos córregos das vertentes. Frente à ocupação dos morros, o superintendente João Carvalho proibiu o desmatamento

nas cumeeiras por toda linha divisória do perímetro até o córrego do Lessa, para preservar os córregos que abasteciam a cidade. (Santos, 2009).

Os trabalhos e cultivos nas terras comunais de Florianópolis, desde o século XVIII, também foram cedendo lugar às políticas que favoreciam a urbanização e pressões de uso privado e valorização do solo. Ainda no século XVIII, com a Lei de Terras, em 1850, as terras comuns passam a ser patrimônio das câmaras municipais, e estas passam a exercer o controle e regulação sobre o aforamento das áreas como o “Campo do Governo”, onde atualmente se localizam Jurerê e Canasvieiras, as praias mais valorizadas pelo turismo e pelo ramo imobiliário em Florianópolis. A área era utilizada para retirada de lenha e madeira, galhos para cercas, cipós, taboas e juncos para confecção de balaios, macela e capim para a confecção de colchão, coleta de frutos e plantas medicinais pela comunidade local, e os caminhos existentes interligavam as comunidades e permitiam o acesso às fontes de água, áreas de agricultura e aproveitamento das pastagens para criação de gado e outros animais (Campos, 1991).

Legalmente, o perímetro urbano alcança toda a península entre os morros e as baías, e no final da década de 1920, novas vias são abertas na área das chácaras. Além disso, as resoluções sobre proibição de pastos, bananeiras, criação de animais e estrebarias forçaram a mudança de vida desses agricultores que viviam da subsistência nos limites da cidade. Ainda permaneciam áreas não urbanizadas, mais ao Norte e Nordeste do perímetro da cidade e nessa área impediram o deslocamento das populações pobres do centro no início daquela década (Santos, 2009), áreas que viriam a atrair investimentos e disputas, ainda no século XX, como veremos adiante.

No discurso modernizador, higienizador em questão, a nova experiência urbana intentava e apregoava a expulsão dos negros de seus territórios, bem como a condenação de suas práticas nos espaços públicos (Bonfin, 2019).

A higiene pública torna-se uma das políticas condutoras, com o cunho de modernização higienista e segregador. O então governador Hercílio Luz (1918 – 1922) trabalhou pela urbanização e higienização com uma série de intervenções urbanas e sanitárias e instituiu novos códigos de convívio urbano na cidade, que era porta de entrada do estado e não correspondia às expectativas do crescente investimento capitalista na região. Por ser o local de acesso e pela condição portuária, já se problematizava a circulação de pessoas de fora, assim como a mão de obra de imigrantes (muitos escravizados), necessária para manter esse sistema

de abastecimento, comércio e serviços e este foi mais um fator para a urbanização segregadora neste período de obras higienistas, com consequente valorização e privilégios em termos de urbanização para determinados setores (geográfica e socialmente). A Avenida do Saneamento (hoje Avenida Hercílio Luz) é simbólica nesse sentido, sendo uma grande obra que acarretou a remoção da população e demolição dos cortiços que ocupavam as margens do mal-afamado e poluído Rio da Bulha. O saneamento da região central, a aquisição de terrenos particulares pelo governo Hercílio Luz em prol da urbanização, a demolição de casas e cortiços das classes mais pobres, onde residiam os trabalhadores da região central, teve como consequência a expulsão e marginalização da população de baixa renda da região para os morros (Araújo, 2004; Veiga, 1993).

Na era do pensamento eugenista a visão “higienista” perpassava o território, a educação, a cultura e costumes. Como pontua D’ávila (2006) o auge do pensamento eugênico, visava o “aperfeiçoamento” dos seres humanos pelas intervenções científicas, influenciando as práticas e instituições criadas na época. Na primeira metade do século XX, um número restrito de cientistas, intelectuais e médicos dominava as decisões sobre educação, e as práticas que criaram refletiram e reproduziram as desigualdades vigentes (D’Avila, 2006).

Neste contexto, a grande incidência de população nos bairros Tronqueira e Toca, habitados por marinheiros, lavadeiras, pescadores, biscateiros, carregadores e outros trabalhadores e a notável ocorrência de epidemias foi uma justificativa plausível para a extinção destes bairros, além da execução das obras de saneamento do Rio da Bulha, com a construção da Avenida Hercílio Luz (Araújo, 2004).

Acentua-se assim, a presença de ocupação de população pobre na área insular da capital conhecida como Maciço Central, sob a tônica vigente de “higienização”, que empurrava os mais pobres para as regiões de encosta da área insular, muitas delas consideradas de risco (Canella, 2015).

O modelo de expulsão pela “higienização” se consolida ao longo de décadas e séculos subsequentes em Florianópolis, assim como nas cidades Brasileiras que se urbanizavam rapidamente. Na medida em que o processo de urbanização foi sendo impulsionado pela industrialização e novas ondas migratórias internacionais, interestaduais e entre regiões do estado, e sobretudo do campo para a cidade, são reforçadas e ressignificadas essas participações socio territoriais de acordo com o momento e papel inerentes a cada período histórico.

Nos anos de 1950, a cidade de Florianópolis vivia um momento de inflexão e disputa com relação ao rumo do planejamento e investimentos, no qual diferentes projetos de futuro se manifestavam: um bloco de urbanistas responsáveis pela elaboração do Plano Diretor defendia um planejamento voltado à industrialização, enquanto os setores que compunham o bloco de poder local apostavam no turismo como melhor opção para a cidade, entendendo que a "alternativa para a cidade" coincidia inteiramente com interesses de classe locais (Canella, 2015). Do ponto de vista do desenho da cidade, a adoção da segunda alternativa teve como consequência prática mais importante um eixo de desenvolvimento que ao invés de se dar no sentido noroeste-sul, partindo do continente, onde se concentrariam as atividades industriais, em direção à ilha, acabou por se concentrar na ilha, privilegiando o eixo norte, em direção às praias que seriam principal atrativo do tão almejado desenvolvimento turístico. Tendo o turismo como a principal opção de desenvolvimento, a abertura de novas rotas, investimentos públicos em vias de acesso, em equipamentos urbanos e obras de infraestrutura, por iniciativa de prefeitos e governadores, impulsionou uma significativa elevação de preços de áreas que anteriormente não tinham qualquer valor no mercado imobiliário (Canella, 2015).

Grande parte da população pobre até a década de 1970, além dos escravos e alguns outros setores ligados ao exército e marinha, era de origem rural vivendo em áreas próximas ao mar, compondo o que se chama de socioeconomia da pesca, uma atividade desenvolvida primeiramente como complementar a agricultura, e, depois, levada a principal atividade, desenvolvida fundamentalmente pela população masculina e, cada vez mais, de forma assalariada, inclusive de forma temporária, em outros estados e regiões do país. (Canella, 2015).

A partir da década de 1970, além da chegada de migrantes internos de várias regiões do Brasil, foi registrado um incremento no fluxo de migrantes internacionais, japoneses, e de outros países latino-americanos. Ao final dos anos 70, a urbanização do Norte da Ilha e a representatividade do turismo fomentaram a elaboração de diversos planos voltados ao turismo na década de 1980. O Plano Diretor dos Balneários, aprovado na câmara de vereadores no ano de 1985, traz medidas de incentivo ao setor turístico, através da implantação de vias de acesso e da rede hoteleira, enfatizando políticas de ocupação aos agentes detentores de capital (Souza, 2005).

O TURISMO COMO PRIORIDADE DA ECONOMIA E DA URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS

A sustentabilidade social está essencialmente relacionada ao Desenvolvimento Incluído (Sachs, 2008). Tal conceito faz oposição ao desenvolvimento do mercado de consumo e concentrador de renda e riqueza. Desde esta perspectiva, a educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco.

Em Florianópolis, com a preconização turística para o desenvolvimento urbano, desde as últimas décadas do século XX, a especulação imobiliária aponta para o desenvolvimento segregatório em prol de investimentos financeiros, cujos agentes não priorizam ou provêm condições de acesso ao ambiente urbanizado e ao ambiente natural de forma igualitária, seja para a população local, seja para a população imigrante e contribuinte de um modo geral; pois os objetivos são os investimentos externos e a atração de turistas, assim como de recursos que estes movimentam na economia local (movimentada por investidores).

A ênfase da centralidade do turismo tem recaído predominantemente no paradigma econômico, principalmente quando se trata das agendas dos governos locais, regionais ou nacional. As transversalidades que perpassam as complexas relações ambientais, socioculturais, econômicas e políticas que se constroem e se reconstroem nos destinos turísticos não estão sendo acompanhadas, na maioria dos casos, por uma análise e reflexão mais crítica (Brasileiro, 2012).

A partir do final da década de 1980 e durante a década de 1990, o princípio de cidade global passou a ser disseminado hegemonicamente para outros contextos urbanos, além daquele consolidado no Hemisfério Norte. Assim, progressivamente, as características historicamente estabelecidas para as grandes metrópoles dos países de industrialização avançada foram difundidas também para economias consideradas periféricas, através de movimentos político-econômicos de imposição da compreensão do domínio do capital como caminho para a garantia da sua inserção no circuito de fluxos econômicos internacionais (Siqueira e Lucas, 2023).

Neste contexto de cidade-global, no qual Florianópolis se insere e se projeta, ainda no final do século XX, ocorre concomitantemente, conforme Guimarães (2006), as reformas constitucionais recentes na América Latina, portanto, no que toca às identidades raciais, que trouxeram como novidade a concepção de sociedades e nações pluriétnicas e multiculturais. Tais constituições

submergiram, assim, o ideal fundador de nações mestiças e culturalmente homogêneas, vistas como produto da miscigenação biológica e cultural entre europeus, indígenas americanos e africanos, ideal cuidadosa e trabalhosamente gestado desde as guerras de independência do século XX.

A despeito desta nova concepção sobre a construção de uma cidade mais democrática, prevalece em Florianópolis o modelo voltado à capitalização territorial, mais forte e dominante ao longo dos séculos.

A adoção de marcas, a criação de slogans, a comparação da cidade a outros locais turísticos de veraneio internacionais, além de intervenções territoriais e legais, como um plano diretor específico para balneários sendo aprovado na década de 1980, geraram modificações na paisagem e uma descaracterização das relações mantidas historicamente pelas comunidades tradicionais. Com intuito de transformar as particularidades culturais locais em produto de venda e tornar a cidade atrativa para visitantes, operou-se um esforço em estabelecer uma identidade para o município, que se afastava dos conflitos e desequilíbrios sociais, criados pelo padrão local de investimentos públicos e planejamento urbano, voltados a nichos específicos. Nesse sentido, o slogan “Ilha da Magia” é um exemplo do aspecto de difusão positiva da cidade e de sua imagem “reluzente” que oculta conflitos locais (Siqueira e Lucas, 2023).

AS CONCEPÇÕES DA CIDADE NEOLIBERAL, PLURAL E A DEMOCRATIZAÇÃO URBANA

A partir da redemocratização, com a Constituição de 1988 o Brasil passa a desenvolver, não sem tensões sociais e políticas, instrumentos de reconhecimento de direitos coletivos ou adotar formas de discriminação positiva para populações negras e pobres.

O processo tem se construído lentamente, não sem conflitos e preconceitos, a despeito de políticas de cotas, inserção de estudos sobre a cultura, religiosidade e participação negras historicamente, reconhecimento de políticas e medidas antirracistas e identitárias, entre outras. Conforme explicitado por Singer (1996), anteriormente, mesmo sob a égide democrática são muitas as credenciais para se ter acesso a uma qualificação e posição social que permita, em outra instância os capitais necessários ao caro (no aspecto financeiro e adjetivo) espaço urbanizado de qualidade.

Para grande parte das populações negras, tendo sofrido sistemáticos processos de marginalização social e cultural (que se mantém para além da lógica colonialista, através do racismo estruturante do modo de produção capitalista), a inserção no espaço urbano se dá historicamente na disputa pelo direito a existir, a construir cidade. Sobre os mecanismos recorrentes das investidas de apagamento, expulsão, marginalização sofridas pelo ser social negro no espaço urbano (Bonfim, 2019).

Para Siqueira e Lucas (2023) a lógica de gestão e planejamento urbanos em uma concepção neoliberal, tem interferido e aprofundado desequilíbrios historicamente consolidados na cidade de Florianópolis, em nome da pretensão de inseri-la em um cenário competitivo mundial, baseado, principalmente, nos setores do turismo, da tecnologia e da inovação, com objetivo de firmar títulos locais promovidos pela mídia, por agentes públicos e privados; ou seja, promovendo um descolamento entre a imagem propagandeada e a realidade socioespacial local.

Conforme Schussel (2012), a crítica de muitos autores sobre o desenvolvimento do turismo atual, não se trata do desenvolvimento “pelo” turismo e sim do desenvolvimento “para” o turismo, o que significa que a preocupação com a criação de cenários adequados à atração turística supera aquelas com a população e o meio ambiente local. Assim como coloca a autora, em Florianópolis, a implementação de uma política voltada ao turismo para o fomento econômico, não se reflete em instrumentos de gestão territorial e social que equalizem um turismo sustentável de modo a considerar as necessidades da população local e condições ambientais de forma abrangente e democrática.

ESTRATÉGIAS AFIRMATIVAS DA POPULAÇÃO PELO DIREITO À CIDADE

Carril (2017) sublinha que a afirmação dos sujeitos tem se dado em virtude de suas próprias demandas sociais e territoriais, diferenciando-se dos marcos governamentais e das estratégias de planejamento, que muitas vezes desconsideram as singularidades nas políticas públicas.

A afirmação de Carril (2017) corrobora a de Pereira e Cunha (2019), ao sublinhar que a inconformidade e a busca pelo direito à cidade em Florianópolis, possibilitaram estratégias que envolveram ação direta e luta foram capazes de, em diferentes momentos, influenciar e modificar processos decisórios do

planejamento urbano municipal, indo contra as políticas predominantes de resguardo ao capital e desenvolvimento financeiro.

No Brasil atual, ganha força a corrente de opinião que defende que as desigualdades raciais, ou seja, as desigualdades sociais atribuíveis à ideia de raça e à forma como as pessoas se classificam ou são classificadas racialmente, só podem ser combatidas com ações e políticas que reforcem essas identidades raciais. Ou seja, as políticas de ações afirmativas requereriam políticas de identidade (Guimarães, 2006).

O acesso à educação, à cultura ou a construção de saberes individuais e coletivos são parte do desenvolvimento e das relações da população com o território e as políticas nele desenvolvidas. A construção do espaço urbano, e sua reificação, deveria ser resultado de uma discussão que expusesse os conflitos inerentes às assimetrias sociais, cabendo ao Estado um papel de mediador dessa discussão (Vaz & Pereira, 2011).

A criação de narrativas e crença que destituíram a real participação, assim como os potenciais endógenos da população local e imigrante por um lado, produziram formas alternativas e comunitárias de resistência, assim como a preservação de identidades que resultam em políticas de reconhecimento social, fundiário e identitário. Os territórios indígenas e quilombolas, embora muito singulares entre si, foram mantidos por suas populações em seu modo de vida e isso, possibilita que os instrumentos legais possam salvaguardar os direitos subtraídos ao longo de anos.

Como a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais, etc., delineiam-se assim no Brasil, diversos processos de identidade cultural, revelando um certo pluralismo tanto entre negros, quanto entre brancos e entre amarelos, todos tomados como sujeitos históricos e culturais e não como sujeitos biológicos ou raciais. Esta identidade política (“identidade étnico-racial negra”) é uma identidade unificadora em busca de propostas transformadoras da realidade do negro no Brasil. Ela se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante, ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do *status quo* (Munanga, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os contextos abordados no texto, percebe-se a importância das questões raciais e as lacunas de sua abordagem nas políticas de gestão e desenvolvimento territorial a ponto de negar não só o direito à cidade, mas às garantias fundamentais humanas, constitucionais e de cidadania.

Apesar dos avanços relevantes da política de planejamento e dos movimentos de reforma urbana, das políticas de democratização urbano, apesar de alguns avanços no entendimento e abordagem do tema racial, a garantia dos direitos fundamentais ainda fica aquém do que já é previsto e conquistado por estas políticas no âmbito legal. Quando se tratam das populações negras e pobres que ainda buscam ou se mantêm em áreas de encostas e de risco, buscando o reconhecimento direito de habitação e alternativas de subsistência no território de Florianópolis, principalmente se estiverem em área com potencial de valor imobiliário e/ou ambiental, ou qual seja este valor.

No âmbito social, a democratização do acesso à cidade como algo importante e urgente e o exercício da cidadania pela população negra, assim como os trabalhadores não detentores da propriedade, ainda é um tabu e visto como “opcional” pelas classes dominantes.

Apesar do histórico de exclusão, os governos de Florianópolis e seus habitantes, na grande maioria, têm apoiado o modelo de desenvolvimento que promove as narrativas neoliberais que valorizam qualidades ambientais e urbanas consolidadas para alguns, ou para o turista, invisibilizando a população local, assim como os povos que formaram o território que hoje existe.

As políticas públicas dos últimos dez anos – especialmente cotas para as universidades públicas, para os concursos públicos e melhoria no ensino – têm sinalizado possibilidades de mudanças neste cenário secular de exclusão racial, mas com passos ainda lentos; tamanha a desigualdade histórica (Gomes, 2019).

Contudo, apesar dos avanços a sociedade do capital e globalizada atinge valores e interesses astronômicos e integrados, principalmente em locais com o viés do Turismo, que busca a imagem atrativa aos negócios e investimentos, como Florianópolis, mas sonega os direitos e solapa as identidades de imigrantes que também são parte deste processo global e de circulação de riquezas e oportunidades. Logo, como afirma Gomes (2019), há muitas razões históricas e interesses público e privados na manutenção das diferenças, e principalmente,



ocultação da pobreza, em prol da ideia de atração de investimentos financeiros para uma pequena parte do território e da população.

Por isso, a compreensão histórica e dos direitos e garantias básicas para todas as camadas sociais é essencial no conceito de desenvolvimento urbano e territorial, para uma atuação coletiva na busca e manutenção de direitos e de qualidade de vida, para além da mínima, em todos os extratos sociais. Estes fatores, para além da equidade social e racial, são os que possibilitam a qualidade urbana, ambiental, até mesmo econômica sustentável e real para a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a África. São Paulo: Contexto, 1996.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras Internas: Urbanização e Saúde Pública em Florianópolis nos anos 20. In.: BRANCHER, Ana. **História De Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas. 2004.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; FRAZÃO; Samira Moratti; ALOATII, Magali; CARVALHO, Eduardo Zanatta de; MAGALHÃES, Luis Felipe Aires; CHECHINEL, Michelle Maria Stakonski; SANTOS, Janaina. Novos imigrantes em Santa Catarina. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino; VEDOVATO Luís Renato; FERNANES, Duval Magalhães; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo/Unicamp, 2018.(2ª edição) p. 479- 501. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/migracoes-sul-sul/>

ASSIS, Gláucia de Oliveira; CANELLA, Francisco; BRIGHTWELL, Maria das Graças; MAGALHÃES, Luis Felipe. Migrações Internas e Internacionais Recentes. In: ROCHA, Isa de Oliveira Rocha (Org.). **Atlas Geográfico de Santa Catarina - População**. Florianópolis: UDESC. 2018. v. 3, p. 124-141.

BONFIM, Cibele Moreira Nobre. Direito à cidade e negritude. Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2019, Salvador. Disponível em: < <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/112116.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2023.

BESSEN, J. A. **Contribuição étnica alemã**. In: MELO, O. F. de. (org). História sócio-cultural de Florianópolis. Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB. 2012

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

CANELLA, Francisco. Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989-2015). **Libertas**, 15(2). 2015.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**. Itajaí: UDESC. Casa Aberta, 2008

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, 22 (69). 2017.

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a "fuga" e a "invasão": alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista FAMECOS**, 23 (1). 2015.

COGO, Denise; SOUZA, Maria Badet. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores - Migrantes no Brasil**. Bellaterra: Institut delaComunicación-UAB/Instituto Humanitas - Unisinos, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/3255909/COGO_Denise_BADE_Maria_Guia_da_s_Migra%C3%A7%C3%B5es_Transnacionais_e_Diversidade_Cultural_para_Comunicadores_-_Migrantes_no_Brasil_Bellaterra_InCom-UAB_IHU_2013>.

D'ÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: políticas sociais e raciais no Brasil - 1017 - 1945**. São Paulo: Editora Unesp. 2006.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Políticas da raça. Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições. 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. **Considerações sobre a escravidão: Lilia Schwarcz e Flávio Gomes.** *Revista Z Cultural.* PACC/Letras/UFRJ. Ano XVI, N°1. 2019. Disponível em: < <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/consideracoes-sobre-a-escravidao-lilia-schwarcz-e-flavio-gomes/> >

IHA, Natalia Cristina. **Imigrantes internacionais do século XXI: a busca da cidadania na ilha de Santa Catarina.** Dissertação em Planejamento Territorial apresentada ao Departamento de Geografia. UDESC. Santa Catarina. 2008.

LIMA, Joyce de Sena; CARNEIRO, Lima Rosalvo Nobre. **Colonialismo do Saber e Suas Implicações para a Aplicação da Lei N° 10.639/2003 nas Escolas Públicas.** *Revista Contexto e Educação.* Editora Unijuí. Ano 34, n° 108. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023

OLIVEIRA, Paulo Rogério Mello de. **Migrações internacionais para Santa Catarina nos séculos XIX e XXI: um estudo comparativo.** *Revista de História Regional.* Departamento de História - Universidade Estadual de Ponta Grossa. V.24. n.2 : 282-302. 2019.

PEREIRA, E. M. ; CUNHA, L. F. . **Práticas insurgentes no planejamento urbano municipal: a experiência do Campeche em Florianópolis - SC.** In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. *Anais do XVIII Enanpur.* p. 1-17. 2019.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUSSEL, Zulma das Graças Lucena. **Turismo, Desenvolvimento e Meio Ambiente.** In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Júlio Cabrera; CORIOLANO, Luiza Neide (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento.** Campina Grande: EDUEPB. 2012

SILVA, Karine de Souza; SILVA, Juliana Muller; SILVEIRA, Henrique Martins da. **Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis**. Revista Katálysis, vol. 21, n° .2. 2018.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n° 01, p. 05-15. 1996.

SIQUEIRA, Marina Toneli; LUCAS, Aleph Toner. Nem tudo o que reluz é ouro: Florianópolis e o urbanismo competitivo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 25, n. 57, p. 419-442. 2023.

SOUZA, Geraldo Aldair. **Turismo: Urbanização e Exclusão Sócio-Espacial no “Plano Santinho”**. Monografia de Especialização, Florianópolis, 2005. 130p

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução crítica ao planejamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SILVA, Joge Antônio Santos. **O papel do capital humano, do capital social e das inovações tecnológicas na formação de redes territoriais, no crescimento endógeno e no desenvolvimento regional**. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, RS, 10 (2): 129-152, maio/agosto 2005

VAZ, Murad Jorge Mussi; PEREIRA, Elson Manoel. O espaço geográfico” e o “espaço social” Florianópolis-SC. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial. p. 1-18. 2011.

VEIGA, Eliane Veras da. **Memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

Recebido em 30/09/2023

Aprovado em 06/12/2024